Sumário

Nº3/1996

EDITORIAL 3

JOSÉ LEITÃO E MARIA CELESTE CORREIA
Os imigrantes: um desafio ético 5

MENDO CASTRO HENRIQUES
Nacionalidade, identidade e cidadania 12

GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS
Os estrangeiros têm direitos? 17

ANTÓNIO SOUSA FRANCO
Cidadania europeia e universalidade dos direitos do homem 23

MÁRIO DE ARAÚJO TORRES
Os direitos dos estrangeiros na Europa 32

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
Diversidades étnicas, culturais e democracia 36

HELENA NEVES
Os jovens da periferia: estranhos na cidade 43

D. JANUÁRIO TORGAL FERREIRA
Emigrantes, imigrantes e refugiados: um desafio ético 47

DIANA ANDRINGA
Não é, cada um de nós, o guardador do seu irmão? 54

SOLEDADE / NEISE
Os ciganos em Portugal: desafios á nossa consciência 59

HELOÍSA PERISTA
Imigrantes e minorias étnicas em bairros degradados de Lisboa 64

CRISTINA MILAGRE
Vida de Circo... 67

LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA
Vida e morte timorense 69

Dinâmicas de resposta 76

Notícias em foco 79

Sugestões de leitura 80

Próximo número:

PONTOS CRÍTICOS

P.1

Vida e morte timorense

Luísa Teotónio Pereira (*)

Mais de quinze anos depois da invasão do território pela Indonésia, a partir do massacre de Santa Cruz, Timor-Leste tornou-se, de facto, uma causa nacional. Por razões bastante diversas, que mergulham quase sempre no nosso passado mais ou menos recente (desde a nostalgia do Império até ao apoio às lutas de libertação nacional noutras partes do mundo), criou-se um sentimento de identificação com os ideais de liberdade por que se batem os timorenses. No entanto, lidamos a maior parte das vezes muito mais com uma abstracção do que com uma terra e uma população concretas, que vivem por entre as suas apostas e as suas dores o parto de uma nova e incerta era.

O que sabemos nós de Timor-Leste, da sua história, da sua cultura, do seu quotidiano? Compreenderemos o significado daquela frase que se repete desde há anos "em Timor-Leste houve mais de 200.000 mortos desde 1975"? O que conhecemos do contexto regional em que se insere o território? A comunidade timorense em Portugal representa uma oportunidade face à nossa ignorância e um desafio ao desenraizamento do mundo em que vivemos.

(*) *Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM).*
Presidente do Conselho Directivo do CIDAC.

Imaginário nosso

Ficou na memória de organizações solidárias com a causa timorense aquele Primeiro de Maio, há talvez 10 anos, em que, ao desfilarmos com um cartaz exigindo "Justiça para Timor-Leste", íamos sucessivamente passando por filas de pessoas, acumuladas nos passeios, que davam palmas e choravam, murmurando "coitadinhos!". Foi nessa altura que se tornou mais forte em nós a vontade de ultrapassar esse estádio e de tornar visível uma realidade longínqua em que a luta era sinal de vida e a morte o reafirmar de um querer o futuro, profundamente sentido e partilhado.

Aconteceu o 12 de Novembro de 1991. Foram as imagens dos jovens rezando em português que operaram o milagre do reconhecimento de um povo irmão que vivia do outro lado do mundo? O certo é que a piedade se transformou em espanto e admiração, dando origem ao mito dos heróis, conforto da nossa pacata vida de cidadãos anónimos.

Xanana Gusmão foi preso, a 20 de Novembro do ano seguinte. Inflamaram-se as paixões, acendeu-se o debate, frente a um herói que parecia derrotado pela sua própria humanidade. Nele se reviram muitos portugueses, que actualizaram as suas próprias vivências, angústias e convicções. Mais do que interrogar a vida e as circunstâncias específicas, emitiram-se inúmeros

juízos e veredictos - até alguns chegarem a advogar a sua morte!

Nos últimos dias de 1993 chegaram a Lisboa os primeiros jovens que conseguiram sair da Indonésia na sequência de invasões pacíficas de embaixadas em Jacarta. Desde então, o movimento aumentou progressivamente, ao ponto de, nos últimos 9 meses, haver um grupo de perto de 150 jovens recém-chegados. Começaram então a registar-se os primeiros comentários, através dos órgãos de comunicação social portugueses, lamentando "o abandono" da luta e assinalando que o lugar "deles" deve ser a sua terra.

Na comunidade timorense projectam os portugueses as suas percepções da luta em Timor-Leste, valorada de acordo com as próprias experiências e crenças. O espaço de procura e de encontro com uma realidade diferente quase não existe.

Pintura a traços largos

Como também praticamente não há dados rigorosos disponíveis sobre a comunidade. Quantos são? Quando chegaram, quando partiram para a Austrália ou, eventualmente, outros destinos? Até há pouco tempo todos os dados armazenados por organismos oficiais eram considerados confidenciais. As organizações de solidariedade que, durante anos, tentaram obter mais informação para poderem sensibilizar a opinião pública portuguesa, precisaram de escrever ao Ministro do Trabalho e Segurança Social para conseguir saber o número relativo às crianças timorenses a viver em Portugal... que nunca chegou a ser conhecido.

Ao contrário, o actual governo dispõe-se, a curto prazo, a apoiar um "*estudo pormenorizado sobre a situação sócio-económica da comunidade timorense residente em Portugal*" (Resolução do Conselho de Ministros publicada em 14 de Maio de 1996). E de acordo com informações recentes prestadas pela Comissão Interministerial para o Acolhimento e a Inserção da Comunidade Timorense, calcula-se que nos últimos vinte anos (1975 - 1995) chegaram a Portugal cerca de 6.500 timorenses, dos quais perto de 4.200 partiram posteriormente para a Austrália, país onde reside a maior comunidade, espalhada pelas cidades de Sidney, Melbourne, Darwin e Perth (num total de aproximadamente 20.000 pessoas). Em Macau vivem, mais com carácter transitório do que definitivo, cerca de uma centena de timorenses.

E quem estudou ou escreveu, a sério, sobre a vida, as condições, os sentimentos em terras de exílio? Alguns investigadores, poucos, que permanecem dispersos, defendendo talvez os seus "territórios".

Verifica-se, no entanto, que aos membros da comunidade é dada outra voz, uma muito maior visibilidade, na comunicação social, se compararmos, por exemplo, com as populações africanas. Neste caso, e por mais estranho que pareça, é comum as notícias ou reportagens ignorarem os principais protagonistas dos acontecimentos em causa, se são africanos (de acordo com as conclusões dos estudos de análise da imprensa portuguesa realizados por Isabel Ferin Cunha e João Queiroz, a publicar em breve pelo CIDAC). Apesar disso, do ponto de vista do conhecimento das características e aspirações da comunidade, a contribuição dos *media* é pequena.

A maioria das pessoas não tem ideia de que os timorenses são seus compatriotas,

cidadãos portugueses de pleno direito (o que impede, por exemplo, que se procurem dados sobre o número de timorenses através da pesquisa por nacionalidade). Situação decorrente do estatuto internacionalmente reconhecido de Timor-Leste como "território não-autónomo" e de Portugal como Potência Administrante. Quase todos, porém, partilhariam a definição dada por Xanana Gusmão: "(...) *perante o direito internacional eu continuo, como todos os timorenses, cidadão português e, perante a minha própria consciência, sou cidadão de Timor-Leste*" (Depoimento de Defesa de Xanana Gusmão, in "Timor-Leste: um povo, uma Pátria", pg. 298). Até que a Pátria se torne independente.

Ao chegarem ao nosso país, os timorenses são acolhidos como refugiados que, do ponto de vista jurídico, não são (o que obsta à obtenção, por parte do governo português, do auxílio do Alto Comissariado para os Refugidos da ONU). Obrigados a sair do território por razões de ocupação militar, guerra e perseguição sistemática, a designação oficial agora adoptada é a de "*pessoas de nacionalidade portuguesa deslocadas para Portugal*" (Resolução do Conselho de Ministros acima citada).

Timor-Leste não é um território aberto, apesar da declaração oficial de Jacarta com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989. Para sair e para entrar na "27ªProvíncia" é necessária a autorização da nova potência colonial. A única presença independente no território é a do Comité Internacional da Cruz Vermelha, que abriu uma delegação em Díli em 1979 e aí tem permanecido, com uma interrupção em1982, devido às condições impostas pela Indonésia para o exercício da sua actividade. Foi com o apoio deste organismo que se conseguiu chegar a um acordo permitindo o "repatriamento" de funcionários públicos da administração colonial portuguesa, a abertura de um programa de reunificação familiar e a saída de "casos humanitários urgentes" (neste caso, duramente negociados com as autoridades ocupantes). Em Abril de 1979 o CICV pediu, em Dili, que se inscrevessem todos aqueles que quisessem abandonar Timor. Em dois dias, recolheu 17.000 inscrições ("Timor, a história oculta" de John G. Taylor, pg. 220). Algumas das famílias que chegaram a Lisboa em 1996 declararam que estavam à espera de autorização para sair desde 1983.

A comunidade foi assim sendo constituída a pouco e pouco, por vagas sucessivas, nas quais se reconhecem características específicas. Um primeiro e pequeno grupo veio para Portugal ainda antes do 25 de Abril, quer por razões familiares, quer para prosseguir os estudos. Alguns voltaram a Timor em 1975, querendo participar na luta pela independência - a maioria foi assassinada pelas forças militares indonésias. A guerra civil e a invasão (1975) originaram um importante movimento de pessoas, em grande parte ligadas à UDT, que conseguiram sair para a Austrália ou se refugiaram em Timor ocidental, donde foram repatriadas para Portugal. Na década seguinte foram chegando anualmente grupos familiares, ao abrigo dos acordos acima citados, numa média de cerca de 250 pessoas/ano, incluindo um número significativo de timorenses de origem chinesa. A partir de meados dos anos 80 começaram a surgir casos isolados, de homens ou rapazes que, subornando os funcionários e iludindo a vigilância política e militar,

entravam na Indonésia e depois de inúmeras viagens e aflições, procuravam apoio na embaixada portuguesa em Banguecoque ou no território de Macau, sendo posteriormente enviados para Lisboa. A preparação da visita parlamentar portuguesa a Timor e o massacre de Santa Cruz que se lhe seguiu fez baixar consideravelmente o número de pessoas chegadas em 1991 e nos anos seguintes. Em 1993, como já foi assinalado, ganhou força o movimento de pedidos de asilo político em embaixadas em Jacarta, que trouxeram ao nosso país muitas dezenas de jovens, quase todos do sexo masculino e na sua maioria estudantes (dos ensinos secundário e universitário). Em 1995 foi retomado o programa de repatriamento de antigos funcionários públicos, que se deslocam acompanhados das suas famílias, numa média de 8 pessoas por agregado familiar. De vez em quando, continuam a aparecer pessoas isoladas, que obtêm autorização para se deslocar a países terceiros e daí decidem procurar abrigo em Portugal.

A realidade é complexa

Só este quadro dá conta da enorme diversidade de situações e de características que assume aqui a comunidade timorense. Será então o momento de lembrar que quase tudo, no nosso país, se lhe afigura estranho e difícil de compreender.

Para todos, Portugal é imaginado como um lugar de segurança, de bem-estar, de riqueza que a Europa consente e a história do Império já confirmava, de acolhimento caloroso e solidário para com os heróis que deram tantas vidas por um ideal que a humanidade não pode deixar de compartilhar.

Mas na verdade o clima, os modos de vida, as relações sociais, as referências culturais, são desconhecidos e o acolhimento intolerável. As quatro estações do ano em vez de duas, o frio do inverno e a secura dos dias quentes, o ritmo do quotidiano, a habitação em prédios sem quintal à volta para cultivar o essencial, a comida e o regime alimentar, o lugar dos mais velhos e o dos mais novos, o casamento e o divórcio, as famílias nucleares, o controle de nascimentos e o número restrito de filhos, a nossa história recente e a Europa, a competição e o individualismo são o inverso das realidades e dos valores que os formaram.

Para as famílias de funcionários públicos, que há vinte anos faziam parte de uma elite local próxima da administração portuguesa, a vida numa barraca (como aconteceu durante anos no campo dos Balteiros, perto do estádio do Jamor) ou a inevitabilidade de as mulheres, sem habilitações muitas vezes, procurarem trabalho fora de casa, são verdadeiras violências, jamais imaginadas.

Para os jovens que aprenderam em casa a falar tétum ou uma língua local, que foram obrigados a estudar e a relacionar-se com a administração colonial - desta vez indonésia - na língua dos ocupantes, o saber Português é um desejo bem difícil de concretizar. Neste momento, a língua de comunicação entre os jovens, talvez mais universal do que o tétum é o *bahasa indonesia*. Muitos dizem sem hesitar que é nessa língua que pensam e se exprimem mais à-vontade. Uma língua que pressupõe um universo totalmente diferente do nosso.

Para os estudantes, todas as referências são as do outro lado do mundo. A história da Indonésia, da Ásia-Pacífico, o ensino

ideologizado, as relações rígidas entre professores e alunos, os testes americanos como forma quase exclusiva de avaliação, são o saber e a experiência que trazem.

Neste novo território é preciso continuar a luta pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. Recriam-se os partidos políticos tradicionais, nascidos em 1974 (FRETILIN e UDT), a força política mobilizadora de um conjunto mais vasto de patriotas, fruto da política de Unidade Nacional proclamada por Xanana Gusmão em 1981 (o CNRM), assim como os grupos estudantis ou outros que, na clandestinidade, operam eficazmente em cada parcela do território timorense ou indonésio. Mas as armas e as regras no exterior têm de ser outras. A reconversão, a articulação num contexto plural que se deseja venha um dia a desenvolver-se na Pátria, no quadro de uma sociedade fragmentada e pouco estimulante como é a portuguesa, não são tarefas fáceis.

Mesmo entre os jovens, as diferenças são notórias. Conforme vêm de Timor-Leste directamente ou viveram e estudaram na Indonésia; se eram trabalhadores, estudantes ou membros activos da guerrilha ou da frente clandestina; se provêm de um meio urbano (Díli, Baucau) ou do mundo rural, este diferenciado de acordo com as diversas regiões que o compõem.

Timor-Leste sofreu, só neste século, três colonizações, duas delas devastadoras: a portuguesa, a japonesa, a indonésia.Cada geração vive da sua experiência, das referências a que foi tendo acesso, dos sonhos que alimenta.

O inferno no paraíso

Para os técnicos da Segurança Social que lidam com os timorenses, estes continuam a ser, à partida, um grupo de entre os excluídos - aqueles que não têm nada, que não sabem nada (ou então são mentirosos), que têm tudo a aprender, que têm de se conformar com rapidez e eficiência com uma nova vida onde as regras lhes são ditadas para não serem compreendidas nem contestadas. Durante muitos anos, até 1994, a Segurança Social era o primeiro e único elo de ligação entre os membros da comunidade e a sociedade portuguesa. Só depois, a pouco e pouco, com muitas e inenarráveis dificuldades se estabeleciam os contactos com outros sectores da administração, com as escolas - sempre marcados por essa experiência inicial em que os timorenses eram reduzidos à sua própria inexistência.

Alojamento degradado pago a peso de ouro pela Segurança Social a alojadores sem escrúpulos (alguns presos por tráfico de droga), subsídios atribuídos sem regras conhecidas e muitas vezes arbitrariamente, nenhum apoio em termos de aconselhamento, de formação em língua portuguesa, de prestação de cuidados de saúde, de obtenção de documentos legais - era este o inferno que esperava os timorenses que pensavam vir ao encontro do paraíso.

As organizações timorenses, actuando dispersamente, têm tido dificuldade em enfrentar a quantidade de questões que se lhes colocam. A sua contribuição para o apoio aos recém-chegados, para além dos grupos culturais que preservam e enriquecem a cultura nacional, é pouco conhecida e valia a pena aprofundar este aspecto da vida da comunidade e da história da sua inserção.

Com a chegada dos grupos de jovens, soou o alarme. Sem família, desconhecendo

por completo o Português, tinham ganho uma visibilidade mediática que expunha as autoridades políticas responsáveis pelo acolhimento. Ao mesmo tempo, geraram novos movimentos de solidariedade concreta por parte da sociedade civil, que se dispôs a denunciar as condições que lhes eram proporcionadas e a contribuir para encontrar soluções para os problemas identificados.

Ainda nos últimos meses do governo Cavaco o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Cooperação apoiaram a realização de cursos de Língua Portuguesa para os jovens recém-chegados. No final do seu mandato, Durão Barroso deu instruções no sentido de se avançar com uma reunião interministerial para debater o melhoramento das condições de inserção da comunidade, mas nada chegou a concretizar-se.

Quatro anos depois do massacre de Santa Cruz, 10 ONG portuguesas entregaram publicamente ao Primeiro Ministro António Guterres uma proposta de revisão da política de acolhimento da comunidade timorense, elaborada durante meses a partir do conhecimento directo dos casos e de discussões com elementos mais activos da comunidade. A 23 de Novembro de 1995 o Governo criava a Comissão Interministerial para o Acolhimento e a Inserção da Comunidade Timorense, sob a responsabilidade do Ministro da Solidariedade e Segurança Social. Durante pouco mais de 3 meses a Comissão conseguiu melhorar alguns aspectos essenciais, particularmente no que diz respeito aos jovens (recepção no aeroporto, alojamento condigno, alimentação, apoio ao nível da saúde, reorganização dos serviços para obtenção da cédula pessoal e bilhete de identidade), estabelecer um contacto com representantes da comunidade e com ONG activas neste domínio e formular um conjunto de propostas que apresentou ao Conselho de Ministros no final de Fevereiro, cessando a partir daí as suas funções.

Simultaneamente e encorajadas por este esforço concertado, algumas organizações portuguesas, sentindo-se responsabilizadas enquanto parte da sociedade de acolhimento, retomaram iniciativas anteriores, no que diz respeito à formação profissional (Associação 12 de Novembro) e à formação em Língua Portuguesa, apoio no campo da saúde, da obtenção de documentos de identificação e da formulação dos projectos de vida de cada jovem timorense (Centro para a Cidadania Timorense, projecto conjunto da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do CIDAC).

O Ministério da Educação apoiou por diversas formas os cursos de Português e o seguimento da opção curricular dos jovens recém-chegados (financiamento, doação de equipamento), mantendo um diálogo permanente e exemplar com as organizações promotoras do CCT e mobilizando internamente as suas próprias estruturas, quer centrais, quer regionais. O Instituto da Cooperação Portuguesa tem garantido os passes sociais aos jovens que frequentam o curso de Língua Portuguesa. O Ministério da Saúde destacou duas enfermeiras para apoiarem os jovens e as famílias recém-chegados, que actuam em articulação com um técnico do CCT responsável pelo acompanhamento nesta área.

A acção ao nível da saúde, inexistente até há seis meses, veio revelar um

universo insuspeitado. Sequelas graves da prisão e da tortura, consequências igualmente graves das carências alimentares prolongadas e da recusa em recorrer aos serviços de saúde indonésios (por medo e por falta de meios para alimentar o sistema de corrupção), vieram à luz do dia, levantando uma questão pertinente: o que se passa com os milhares de membros da comunidade que, durante todos estes anos, não tiveram acesso a despistagens correctas e a tratamentos adequados?

Mas o mais complicado está para vir. A 14 de Maio de 1996 o Conselho de Ministros aprovou uma resolução criando a Comissão Permanente para o Acolhimento e a Inserção Social da Comunidade Timorense, na qual têm assento os Ministérios da Solidariedade e Segurança Social (presidente), dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, da Justiça, da Educação, da Saúde e da Qualificação e Emprego e que será assistida por um Gabinete Técnico de Apoio. A breve prazo, esta Comissão deverá apresentar um anteprojecto de decreto-lei que defina as condições de apoio social "*a pessoas de nacionalidade portuguesa, isoladas, integradas em família ou em grupos, deslocadas para Portugal.*"

Permanecem dois aspectos essenciais - e difíceis - por resolver satisfatoriamente nesta matéria: o alojamento, para além de um período inicial apoiado pelo Estado e o regime de subsídios, até agora pouco claro, insuficiente em muitos casos e sem articulação com situaçãoes de bolsas de estudo, de formação profissional e de emprego temporário.

As famílias que chegaram mais recentemente, algumas delas alojadas em péssimas condições, constituídas em média por 8 pessoas por agregado familiar, entre as quais se contam um número elevado de crianças, idosos e doentes, estão a receber 60.000$00 (sessenta mil escudos) mensais que devem cobrir todas as restantes despesas (alimentação, artigos para a casa e de higiene, transportes, etc.). A fome é um pesadelo do dia-a-dia.

Sabendo-se que nos próximos tempos só um elemento por família poderá auferir de um rendimento (menor) regular, como encarar o acesso à habitação no mercado livre?

Só uma mobilização de entidades diversas, ao nível do Estado, como da sociedade civil poderá encontrar respostas para estas situações complexas e que não são exclusivas da comunidade timorense, embora nela tenham um impacto aumentado pelas vivências anteriores a que foi sujeita. Uma participação dos timorenses na discussão dos problemas que enfrentam e sentem é também fundamental, se se quiserem encontrar soluções viáveis e duradouras.

A prática de iniciativas inovadoras, no âmbito de uma comunidade que não é numerosa e está geograficamente pouco dispersa pode e deve constituir uma experiência mais tarde extensível, adaptada, a outros grupos sociais. Como afirmava há dias o Reitor da Universidade de Coimbra, ao conversar com alguns estudantes timorenses: "vamos ensaiar um atendimento mais personalizado que, se der resultado, poderemos depois alargar a outros alunos desta academia".❍